

Operação milionária

"Quando se tem maioria no Congresso, só não se faz homem virar mulher e mulher virar homem"

Ulysses Guimarães

Daniela Nahass
Da equipe do **Correio**
e Vicente Nunes
Correspondente

O governo não fez economia para enterrar a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Corrupção. Nos últimos dias de maio, apressou a liberação de recursos orçamentários para parlamentares, os chamados "restos a pagar" de 1999 e 2000. Só em maio, o governo liberou R\$ 60,1 milhões da rubrica do Orçamento para financiamento pela Caixa Econômica Federal

RECURSOS LIBERADOS

Em dez dias, o governo liberou quase quatro vezes o valor que havia liberado nos últimos quatro meses (de janeiro a abril)

- Janeiro: R\$ 608.000
- Fevereiro: R\$ 1.339.793,24
- Março: R\$ 1.973.611,03
- Abril: R\$ 13.391.767,43
- Maio (até o início da tarde do dia 10): R\$ 50.697.575,13

Fonte: Sistema Integrado de Acompanhamento Financeiro (Siafi)

CPI. Até as 19 horas, R\$ 9,4 milhões tinham sido liberados para emendas de parlamentares. "Esta liberação ostensiva é a impressão digital do uso dos recursos por parte do governo para impedir a CPI da Corrupção", diz o deputado Agnelo Queiroz.

Na quarta-feira, pelo menos dois deputados que retiraram as suas assinaturas a pedido do governo receberam verbas para emendas empenhadas em 1999. O governo liberou R\$ 10 mil do total de R\$ 100 mil de uma emenda do deputado Eujácio Simões (PL-BA) destinada a obras de melhoria das condições habitacionais em áreas urbanas e rurais no município de Ribeirão do Lago. Simões é um dos fiéis do senador Antonio Carlos Magalhães (*leia reportagem na página 7*). A emenda do deputado baiano havia sido empenhada em dezembro de 1999.

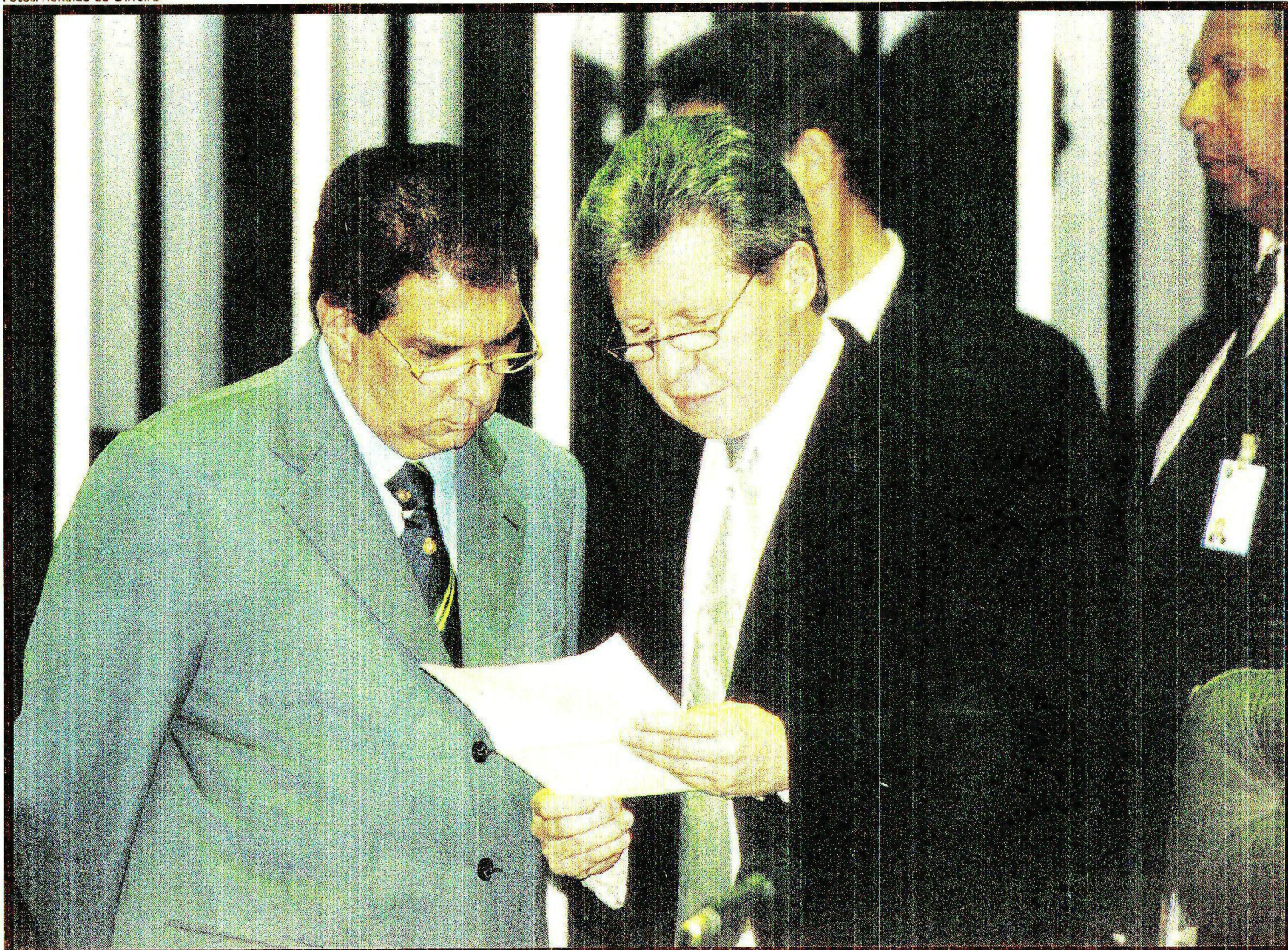
Outro que também foi beneficiado ontem foi o deputado Ursicino Queiroz (PFL-BA). Ele recebeu R\$ 32 mil da emenda total de R\$ 80 mil, empenhada em novembro de 1999. O dinheiro destina-se a financiar infra-estrutura urbana em Mutuípe. A liberação das emendas pode parecer pequena tendo

em vista o total de recursos previstos no Orçamento. Mas, para um parlamentar em ano pré-eleitoral, significa muito. Emendas como essa ajudam os políticos a cumprir as promessas de palanque. É por isso que a liberação de verbas para emendas é usada como moeda de troca pelo governo.

O único deputado da oposição que não assinou a CPI também teve recursos liberados no dia 4 de maio. Serafim Venzon, do PDT de Santa Catarina, recebeu R\$ 20 mil do total de R\$ 100 mil da emenda que prevê ações de desenvolvimento urbano em São Bento do Sul. Ontem, Venzon afirmou que não apoiou a CPI porque ela é ampla e "parece mais uma inquisição."

O deputado Euler Moraes (PMDB-GO) diz ter sido procurado por um ministro ligado diretamente à Presidência da República que tentou convencê-lo a retirar a assinatura de apoio à CPI. "A tentativa de cooptação de deputados foi boa para o governo. Agora ele conhecerá os parlamentares que só têm preço e aqueles

Fotos: Ronaldo de Oliveira



OS GOVERNISTAS: JADER BARBALHO E ARTHUR VIRGÍLIO FAZEM AS CONTAS PARA A RETIRADA DE ASSINATURAS DO REQUERIMENTO DA CPI DA CORRUPÇÃO

que têm valor", crê Moraes. Ele disse que manteria a assinatura por convicção moral e ameaçou se tornar um deputado de oposição, caso o governo passe a boicotar suas emendas.

Os recursos liberados pelo governo para os programas sociais financiados pela CEF são apenas uma pequena parte do total de R\$ 3,4 bilhões disponíveis na rubrica restos a pagar do Orçamento de 2001. A maior parte deste dinheiro é usado para financiar emendas de parlamentares. Para se ter uma idéia do volume liberado até agora, nos últimos seis dias úteis, o governo liberou R\$ 114 milhões da rubrica restos a pagar, o que dá uma média de R\$ 19 milhões ao dia.

INVESTIMENTOS

Ontem à tarde o PT entrou com ação no Supremo Tribunal Federal argumentando que o presidente Fernando Henrique Cardoso cometeu crime de responsabilidade por usar dinheiro público para barrar a CPI. O governo nega a acusação (*leia reportagem abaixo*). O pedido do PT é um blefe. O deputado Aloísio Mercadante (PT-SP), que protocolou o texto no STF, sabe que ele não terá efeitos. Mas, com este gesto, a oposição atrai os holofotes para si. "O artigo 85 da Constituição diz



A OPOSIÇÃO: DIRCEU, DUTRA, WALTER PINHEIRO E MIRO JOGAM A TOALHA

que são considerados crimes de responsabilidade os atos do presidente da República que atentam contra o Lei Orçamentária", prega Mercadante.

O deputado Agnelo Queiroz também entrou com representação contra o presidente Fernando Henrique Cardoso, desta vez na Procuradoria-Geral da República no Distrito Federal. Queiroz pede que o Ministério Público investigue a possibilidade de o presidente estar cometendo crime de improbidade administrativa e crime de responsabilidade por estar manipulando recursos do Orçamento para tentar barrar a CPI da Corrupção.

Agnelo Queiroz baseia a ação no artigo 20 da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que reza: "É vedada a execução dos créditos orçamentários e suas respectivas dotações com o objetivo de influir direta ou indiretamente na apreciação de proposições legislativas em tramitação no Congresso Nacional". De acordo com o deputado do Distrito Federal, é justamente o que está ocorrendo no caso na operação para barrar a CPI da Corrupção. "Com esta atitude (de liberar dinheiro para os parlamentares) o governo fica com o carimbo da corrupção", disse Queiroz.

A liberação de recursos orça-

mentários na estratégia para barrar a CPI pode rebaixar o governo no ranking de risco para investimentos internacionais feito pela agência americana Standard & Poor's. Em Nova York, a diretora para a América Latina da agência, Lisa Schineller, informou ao **Correio** que se houver convencimento de que o governo liberou dinheiro do Orçamento para barganhar com os parlamentares no Congresso, isso seguramente provocará uma queda na posição brasileira. A Standard & Poor's é uma das mais importantes agências do mundo destinadas a analisar o grau de risco que há em cada país para os investimentos estrangeiros. Com base nas políticas de cada governo, a agência estabelece conceitos, que variam de AAA até DDD. Em janeiro, o Brasil conseguiu obter a melhor posição nesse ranking, conquistando nota BB+.

O último conceito brasileiro já levava em conta os efeitos das denúncias de corrupção feitas pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e as disputas para a sucessão nas presidências das casas do Congresso Nacional. De acordo com Lisa, o Brasil melhorava a sua posição porque a agência estava convencida que o governo mantinha sob controle a economia apesar da crise política.